

Intertextualidade e o cânone retórico*

R. J. Schoeck**

RESUMO: Este artigo parte de uma história etimológica dos termos "retórica" e "cânone" para abordar a interdependência de métodos e meios entre a arte literária (produção e crítica) e o tradicional sistema retórico que esteve na base da educação europeia desde a Antiguidade. A intertextualidade é reconhecida como uma "constante literária universal", e são apontados os modos pelos quais o ensino formal teve um papel central na validação do cânone literário na Idade Média e no Renascimento. Ao final, apontam-se caminhos para avaliar, decodificar e relativizar a tradição retórica no contexto da crítica moderna, ressaltando que o processo de desconstrução não deve implicar o desmantelamento das estruturas, mas uma consciente manifestação de cada uma delas.

ABSTRACT: Starting from an etymological history of the terms "rhetoric" and "canon", the article addresses the interdependence of methods and means between literary art (production and criticism) and the traditional rhetorical system that has been at the basis of European education since Antiquity. Intertextuality is recognized as a "universal literary constant," pointing out the ways in which formal (particularly British) teaching in the Middle Ages and in the Renaissance played a central role in validating the literary canon. In the end, ways to evaluate, decode and relativize the rhetorical tradition in the context of modern criticism are pointed out, emphasizing that the process of deconstruction should not imply the dismantling of structures, but a conscious manifestation of each one of them.

Por ocasião de suas palestras Norton em Harvard e fazendo um uso notável de *captatio benevolentiae*, Frank Kermode iniciou sua *Genesis of Secrecy* observando que o deus Hermes é “o patrono dos ladrões, mercadores e viajantes, dos mensageiros... dos oráculos. Hermes é ardiloso e, por vezes, violento: um trapaceiro, um ladrão. Assim, não é nenhuma surpresa que ele seja também o deus dos intérpretes” (1976, p. 5). Mas consideremos em que medida esse início retórico, para ser inteiramente compreendido, depende de um cânone que inclui os seguintes textos como textos sobre Hermes: A *Odisseia*, de Homero (especialmente o livro 24), a *Eneida*, de Virgílio, e as *Metamorfoses*, de Ovídio. Trata-se de um cânone formado, no mínimo, por esses textos e — se nos dermos ao trabalho de pesquisar os papéis de Hermes na arte clássica e na

* Publicado originalmente no volume temático *Criticism, History, and Intertextuality* do periódico interdisciplinar *Bucknell Review* em 1988 com o título “Intertextuality and the Rhetoric Canon”. Tradução de Isabella Nogueira, Paula Vianna e Adauto Villela, revisão de Alexandre Piccolo e Letícia Resende. Este artigo foi traduzido no âmbito do projeto de extensão *Traduções Acadêmicas* do Bacharelado em Tradução da FALE-UFJF, coordenado pela Profa. Dra. Mayra Barbosa Guedes e pelo Prof. Dr. Adauto Villela, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta tradução e sua publicação foram autorizadas por Julien Yoseloff em nome de Associated University Presses, detentora dos respectivos direitos autorais.

** Richard Joseph Schoeck (1920-2008), Universidade do Colorado.

literatura — por outros mais. Também devem ser mencionados os escritos perdidos de Higino, que era encarregado da biblioteca do Monte Palatino e cujos comentários sobre Virgílio foram citados por Aulo Gélío e por Sérvio, embora estejam hoje perdidos. Por causa desse acidente histórico, o cânone relativo a Hermes nunca será, para nós, o mesmo que foi para Horácio e Ovídio. Durante o Renascimento, as migrações e transformações de Hermes em Mercúrio¹ mudaram o cânone de forma significativa mais uma vez. Se, nas ilustrações medievais, Mercúrio era muitas vezes músico ou estudioso, para os filósofos renascentistas, ele se tornou o símbolo do mediador entre a sabedoria divina e a inteligência almejada pelos humanos. Assim, é ele quem guia as três Graças na *Primavera* de Botticelli. Como a figura equilibrada que aponta para cima, representada em muitas estátuas de bronze, ele se tornou um clichê renascentista do desejo humano. Para Milton, no século XVII, portanto, o cânone tornara-se muito mais amplo; para ele, ainda estavam disponíveis obras como o texto moralizante *Mythomystes*, de Henry Reynolds. Milton não apenas conhecia as opiniões de Eustácio e a continuação de Quinto de Esmirna², mas também os escritos de Prócuro e Porfírio, em que Hermes aparece juntamente com as *Alegorias homéricas* de Heráclito Pôntico. O cânone se contrai e se expande, e temos que agradecer pelo fato de ele às vezes se contrair; caso contrário, o fardo do passado seria ainda mais pesado.³

A “retórica”, como A. D. Leeman recentemente observou, “é uma noção camaleônica. Poucas palavras deram conta de conceitos tão diferentes e diversos — e provocaram as reações emocionais mais diversas” (in VICKERS, 1982, p. 41). Embora não seja uma das *Keywords*⁴ de Raymond Williams (1976), ela (assim como “cânone”) se tornou uma palavra-chave em nosso vocabulário contemporâneo. Ainda assim, apesar de “retórica”, como um termo e um sistema de teoria e práxis, ter uma história antiga, em inglês a palavra “cânone”, curiosamente, data apenas do século XIX: segundo o *Oxford English Dictionary*, ela só foi usada pela primeira vez em 1806 na expressão “cânones de patologia”, tendo aparecido de novo em 1874 em “cânones de gosto” e, em 1879, em “cânones da crítica”. Entretanto, na época de Agostinho, “cânone” havia se estabelecido firmemente como o termo que indicava uma lista de livros aprovados, a lista de livros inspirados admitidos no corpo das Escrituras: assim, afirma Agostinho na Epístola 93, 36, (*Cypriani auctoritatem*) *quam a canonis auctoritate distinguimus*. A importância do cânone em toda a vida eclesiástica e intelectual do Cristianismo medieval, e a relação do cânone com tradição e reforma são brilhantemente estudadas por Karl F. Morrison em seu livro: *The Mimetic Tradition of Reform in the West*. A natureza do conceito de canonicidade e a constituição de um cânone das Escrituras eram questões prementes na época da Reforma, fazendo com que tanto o princípio de tradição quanto a natureza da autoridade fossem trazidos à tona em alguns dos grandes debates. Percebemos que no século XVI passaram a existir tanto uma retórica jesuítica, com Suarez, quanto uma retórica protestante, com Melâncton e Sturm⁵.

¹ Transformações essas tão bem detalhadas por Douglas Bush (1932).

² Como bem nos lembra Don Cameron Allen (1970). Cf. também Jung e Kerényi (1948, *passim*) com as referências aí fornecidas.

³ Cf. Bate (1970). Seguindo Milton, Johann Sebastian Bach preocupava-se com tradição e criatividade na canonicidade de Ricercata: na dedicatória contida na cópia da *Oferenda Musical* que Bach enviou ao Rei Frederick — “Regis Iussu Cantio Et Reliqua Canonica Arte Resoluta” —, há um trocadilho de múltiplos sentidos com a palavra “canônico”. Para compreender um dos níveis desse trocadilho Barroco, cf. Hofstadter (1979, p. 7).

⁴ Embora ela tenha se tornado uma palavra importante em nosso vocabulário crítico contemporâneo.

⁵ Para uma esplêndida introdução ao vasto e completo alcance da tradição retórica, cf. Kennedy (1980). Este percebeu o estabelecimento precoce de um cânone de modelos para cada gênero de escrita durante o período helenístico (KENNEDY, 1980, p.117). Para uma revisão impecável dos estudos de filosofia e

Não é surpreendente, portanto, que o conceito de cânone na teoria, no ensino e na prática da retórica tenha mudado junto com a própria palavra: o lugar da retórica — tanto o seu papel, quanto sua importância em um dado contexto —, bem como o seu relacionamento com outros campos de estudo (direito, filosofia, belas artes) também mudou desde o período clássico. Precisamos reconhecer e pesar as implicações dos conceitos sempre cambiantes e, às vezes, revolucionários que mudaram a retórica, desde a escola de Ausônio até a de Agostinho, passando pelas escolas da Renascença Carolíngia e de Chartres, pela retórica escolástica e chegando, por fim, aos desenvolvimentos petrarquiano e pós-petrarquiano. Nossa própria leitura desses aspectos de mudança não foi beneficiada pela erudição moderna, que, às vezes, tentou examinar declarações teóricas sem levar em conta a função cultural da retórica em uma dada sociedade ou meio intelectual, ou tentou considerar a retórica como se fosse apenas um ato linguístico ou de função pública: pois a retórica é a prática e a teoria ideal, e também produz textos literários.⁶

A retórica sempre fez parte de um *Trivium*, desde o período clássico até o Renascimento, e, embora a ênfase em uma ou outra parte do *Trivium* se alternasse ao longo dos séculos, nunca se questionou (antes de Ramus) o fato de a retórica ser uma parte indispensável e, para alguns, a parte mais proveitosa do modelo educacional baseado no *Trivium*. Repito o lembrete recente de Brian Vickers de que “a educação inglesa nos séculos XVI, XVII e XVIII era fundamentalmente retórica” (1982, p. 17). Essa afirmação sumária é igualmente válida para a educação italiana, francesa e alemã, como Fumarolli (1980) e outros recentemente demonstraram.⁷ Dada a aceitação dessas generalizações, alguém pode se perguntar: mas começamos a considerar as implicações da intertextualidade para e no interior do cânone retórico?

A intertextualidade descreve — para usar a encantadora expressão de Thomas Greene — o itinerário ou a genealogia de uma imagem complexa, de um conceito rebuscado ou de um texto, e talvez possa ser ela própria definida como “a presença estrutural” dentro de uma obra de “elementos oriundos de obras anteriores”; como Greene, com razão, observa: “já que a ideia de um texto literário que não carrega nada de seus predecessores é inconcebível, a intertextualidade é uma constante literária universal” (GREENE, 1982, p. 16). Alguns textos insistem em sua intertextualidade ou, como talvez possamos dizer, manifestam a intertextualidade como um elemento mais significante (e não meramente mais evidente) de sua redação; é o que fazem a *Eneida*, de Virgílio, ou o *Ulysses*, de James Joyce, ao manifestarem e ganharem vida a partir do uso estrutural de obras anteriores.

Quando uma obra literária faz isso, quando chama a atenção do leitor para sua alusividade deliberada, pode-se dizer que ela reafirma sua própria historicidade, seu próprio envolvimento no processo historicamente desordenado. As alusões, nesses casos, podem ser consideradas como etiologias secundárias, construções

retórica, cf. os três ensaios sobre “Philosophy and Rhetoric from Antiquity to the Renaissance” (in KRISTELLER, 1979).

⁶ Kristeller enfatiza que “a retórica renascentista era, de muitas formas, diferente da retórica antiga e influenciada por padrões medievais e por padrões novos ou contemporâneos. Ao contrário da retórica antiga, a retórica renascentista não estava primariamente preocupada com o discurso político e muito menos com o discurso jurídico. Cultivava a letra tanto quanto a oração e pretendia incluir todas as formas de redação em prosa e formar uma aliança com a poética, sendo que a redação de prosa e verso eram consideradas formas alternativas de uma mesma empreitada. O ponto de vista antigo de que a retórica e a oratória visavam à persuasão era frequentemente repetido, mas isso não dominava a concepção de retórica vigente” (1979, p. 242).

⁷ Para a educação italiana e alemã, cf. respectivamente Larusso e Schanz (in MURPHY, 1983).

de significado conectando o passado ao presente. A interação saudável entre mudança literária e estabilidade requer tais construções compartilhadas (*ibid.*).

Escrevi, em outro texto, acerca do ensino da retórica na Oxford do século XIV. Defendi o argumento de que todos os fatos para nós disponíveis apontam para a continuidade do ensino da retórica desde a Idade Média até o fim do século XV. Os estatutos de Oxford de 1431, para retomar a história a partir desse ponto, forneceram alternativas para o ensino tradicional. A partir daquele momento, havia a possibilidade de escolher entre Aristóteles, o quarto livro da *Topica*, de Boécio, o tratado *Da Invenção*, de Cícero (conhecido como *Rhetorica Velus* ou *Prior*), e a obra pseudo-ciceroniana *Retórica a Herênio* (conhecida como *Rhetorica Nova*). Junto com esses textos, devem ser considerados vários autores clássicos, notadamente Ovídio e Virgílio, que foram estudados como exemplos de estilo retórico, além do uso continuado de tratados medievais como aqueles escritos por Geoffrey de Vinsauf, Mateus de Vendôme e João de Garlandia. Mas claramente foram as obras *Da invenção*, de Cícero, e *Retórica a Herênio* que, como resumiu Kristeller, "constituíram as fontes básicas ao longo da Idade Média" e como "manuais padrões, elas geraram, especialmente durante os séculos XII e XIV, numerosos comentários que receberam muita atenção nos últimos anos" (SCHOECK, 1968, p. 214-240).

O século XV atingiu um alargamento mais significativo do cânone retórico, pois resgatou "as obras retóricas mais maduras de Cícero, em especial *Orator* e *De Oratore*";⁸ estas contribuíram fortemente para a concepção humanista de Cícero como um filósofo moral e para a fusão ou interrelação entre retórica e filosofia — interrelação sobre a qual escreveram Garin, Grassi, Trinkaus, e mais recentemente, Alain Michel. Além disso, os discursos de Cícero contribuíram para uma nova abordagem da eloquência; suas cartas recém-descobertas estimularam a imaginação de Petrarca e forneceram fontes e modelos para um gênero humanístico epistolar (junto com as cartas de Sêneca e Plínio), e essa influência pode ser vista na correspondência editada de Thomas More, de Erasmo, entre outros autores cujas cartas, até Justo Lípsio, ainda não foram editadas.⁹

Em 1416, Poggio Bracciolini redescobriu o texto completo das *Instituições Oratórias*, de Quintiliano, na biblioteca do mosteiro de São Galo; em um tom que indica o entusiasmo provocado por essa descoberta, um amigo escreveu a Poggio: "Mande-me uma cópia, para que eu possa vê-la antes de morrer" (*apud* GORDAN, 1974). A razão disso é o fato de Quintiliano ter estabelecido um modelo de educação e de ensino da retórica, deixando sua marca em todo o Renascimento inglês: nos conceitos erasmianos de educação, nos trabalhos de Elyot e Ascham, como veremos, e (conforme T. W. Baldwin mostrou diligentemente nos dois volumes dedicados ao currículo escolar inglês no século XVI) nas obras de Shakespeare (BALDWIN, 1944).

O cânone começara a mudar, conforme vimos nos Estatutos de Oxford de 1431, um tanto cedo no século XV; apesar disso, muito estudo ainda deve ser feito não apenas no que concerne à teoria, mas também no que diz respeito aos efeitos práticos de uma mudança no cânone retórico durante esse século obscuro. Por quase dois séculos, portanto, o movimento foi de expansão. Junto com Quintiliano, outros textos retóricos foram redescobertos, especialmente os de tradição grega (um exemplo são os textos de Hermógenes e de Jorge de Trebizonda). Tornou-se, então, possível que figuras literárias do Renascimento compreendessem o papel potencial exercido pela retórica em sua

⁸ Cf. "Rhetoric in Medieval and Renaissance Culture" (KRISTELLER, in MURPHY, 1983, p. 3).

⁹ Sobre as cartas de Thomas More, cf. Schoeck (1976). Sobre Erasmo, cf. suas correspondências em Erasmo (1974) e Henderson (1983).

própria sociedade através do estudo desse papel na sociedade clássica; talvez, tal estudo tenha se desenvolvido como uma espécie de humanismo cívico, conforme defendem Hans Baron e outros teóricos.¹⁰ Junto com os próprios textos retóricos centrais, devemos lembrar aos nossos alunos que foram outros tantos textos redescobertos que forneceram uma percepção bem mais rica do cenário ou do contexto, é o caso das cartas de Cícero, que influenciaram profundamente Petrarca e Coluccio Salutati e, marcaram de modo crescente a redescoberta quatrocentista da arqueologia clássica, o que contribuiu para o desenvolvimento de estudos na área e para o estudo da forma, da proporção e do estilo.¹¹ A *imitatio*, em todo lugar e em todas as coisas, era a principal doutrina.

Um historiador literário ou intelectual pode se perguntar: que evidência nos permite falar da validação de um cânone? E, como resposta, temos o caso de Cícero na Idade Média: o grande volume de comentários reforça o indício de que estatutos universitários governavam o lugar privilegiado de Cícero na parte retórica do Trivium — e a influência do orador continuou, como veremos, ao longo do século XVI. Junto com esse tipo de evidência, haveria vários tipos de indícios internos; estes estabeleceram a convergência entre probabilidade e conclusão lógica que nos leva ao sentido intelectual e imaginativo do cânone — sentido esse apreendido pela observação de Kermode de que a confissão de não se ter lido uma obra importante é ao mesmo tempo uma humilhação e uma regra prática da canonicidade (1976, p. 5). Isso não quer dizer que o cânone era sempre e em todo lugar o mesmo. Mas, junto com Cícero, podemos reconhecer João de Garlandia e Geoffrey de Vinsauf como parte do cânone medieval retórico e podemos compreender que intertextualidades como as de Chaucer — por exemplo, no *Conto do Padre da Freira* — são uma função do cânone medieval e de suas qualidades. Também podemos reconhecer a partir do estudo desse cânone — tal como o fizeram John Ward, Mariantonia Liborio, Mary Dickey e Marjorie Woods — que havia pouco interesse nos aspectos teóricos da retórica, e que grande parte do ensino estava voltada para o que podemos chamar de mecânica da retórica. No entanto, um estudo detalhado sobre a existência de oito tipos de *ordo artificialis* em Geoffrey de Vinsauf e sobre o fato de que Lucano era considerado símbolo da *ordo naturalis*, ao passo que Virgílio era tido como superior graças à sua *ordo artificialis* — essas questões sobre modos de narrativa e técnicas podem rapidamente nos guiar em direção à teoria literária (VIKERS, 1982, p. 24-25). Houve ainda outros tipos de indícios que, talvez, pudessem validar o cânone: listas de livros e catálogos de bibliotecas, e, é claro, indícios internos; mas não temos tempo para discutir critérios ou utilidade.

Talvez agora nos perguntemos, qual foi o cânone retórico do Renascimento? Em seu ensaio “One Thousand Neglected Authors: The Scope and Importance of Renaissance Rhetoric”, publicado em *Renaissance Eloquence*, James J. Murphy disponibiliza uma lista dos vinte nomes de retóricos renascentistas mais frequentemente citados; ei-la: Agricola, Bacon, Cox, Erasmo, Pierre Fabri, Thomas Farnaby, Abraham Fraunce, Luis de Granada, Justo Lísio, Melâncton, Nizolli, Peacham, Puttenham, Rainolde, Ramus, Sturm, Susenbrotus, Trebizonda, Vives, e Thomas Wilson. Mas essa lista mais se assemelha a uma compilação de produtividade docente feita por um reitor em seu índice de citação: ela parece funcionar apenas como uma listagem que quantifica

¹⁰ Cf. Baron (1955a, 1955b). Baron publicou uma sequência desses dois volumes em *From Petrarch to Leonardo Bruni: Studies in Humanistic and Political Literature* (1968).

¹¹ Há ensaios estimulantes escritos em “*Form and Meaning: Essays on the Renaissance and Modern Art*” (KLEIN, 1979.). Comentei sobre aspectos interdisciplinares do conceito renascentista da *imitatio* em “*Lighting a Candle to the Place: On the Dimensions and Implications of Imitatio in the Renaissance*” (SCHOECK, 1983, p.123-143).

a frequência das citações (e é mais pertinente perguntarmo-nos quem fez essas citações) e nos diz pouco sobre o poder desses retóricos. Esses vinte retóricos, continua o autor na introdução do livro que organizou:

são, de fato, o cerne de um “cânone” geralmente aceito de retóricos citados por todos, analisados por todos e considerados por quase todos como os únicos dignos de estudo. Entretanto, esse cânone existe apenas por padrão; o resultado disso é um pecado acadêmico, o pecado da sinédoque — de tomar a parte pelo todo. O pecado consiste em presumir que somente as citações inteligentes feitas por Erasmo, Vives ou Ramus representam *ipso facto* o pensamento retórico renascentista (MURPHY, 1983).

A obra *Renaissance Rhetoric: A Short-Title Catalogue*, de Murphy (1981), oferece mais de oitocentos títulos; na verdade, o número já ultrapassa mil.¹² A questão que deve ser feita é, portanto, a seguinte: todos esses mil títulos constituem o cânone? Dificilmente, pois durante o próprio Renascimento, nem mesmo o retórico profissional teria se sentido humilhado ao ser obrigado a confessar não ter lido todos os livros. Não, o cânone retórico do Renascimento deve, certamente, estar mais próximo daquela lista inicial: aqueles vinte retóricos, com a adição de um ou dois (já que a lista não apresenta muitos italianos) e talvez com a remoção de uma meia dúzia, além da adição de textos clássicos até hoje relevantes, pois *A Retórica*, de Aristóteles, e as obras mais importantes de Cícero continuam a fazer parte do cânone. Assim, chegaremos àqueles textos que, por consenso, constituíram-se como o cerne da questão e os quais foram aceitos, *mutatis mutandis*, como tendo algum tipo e grau de autoridade.

Se houver alguma verdade na assertiva de Pocock de que “documentos tendem a secularizar tradições” (1971, p. 254),¹³ talvez possamos acrescentar que discursos tendem a idealizar a realidade. Ainda assim, o estudo dos discursos inaugurais e de tipos de composição convencional semelhantes permanece como um rico campo de pesquisa que situa a retórica no quadro geral das coisas. Há elementos de oratória, celebração e exortação em *The Book of The Governour*, de Sir Thomas Elyot, mas há também um alto nível de descritivismo e ainda (como é o caso do prefácio de *Scholemaster*, de Ascham) de caráter documental. *The Governour* foi composto (como a *Utopia*, de More) durante um período de raro ócio e, também como a *Utopia*, foi dedicado a Henrique VIII; talvez a obra se situe na interseção entre propaganda, petição pessoal e uma crença oratória de que a retórica era, como em geral a concebiam os humanistas, a melhor forma de glorificar a monarquia, louvar o bem público e promover os ideais do humanismo. Nenhum desses motivos exclui os outros, e talvez seja um caso em que todas as vias de interpretação levaram à produção de *The Governour*.

O Proêmio da obra chama atenção para a teoria plantoniana que prevê a educação dos governadores da coisa pública e a definição de coisa pública, ou *res publica*, que carrega o brilho de Varrão e estabelece uma autoridade linguística. Então, Elyot conclui seu primeiro capítulo de forma metafórica:

Agora, para concluir minha primeira assertiva ou meu primeiro argumento: onde todas as coisas são comunitárias, falta ordem; e onde falta ordem, todas as coisas são odiosas e desagradáveis. E isso nós vivemos na experiência diária,

¹² Cf. minha futura resenha na revista *English Language Notes*, v. 21 (1981, p. 66-69), em que forneço indícios para numerosas adições e correções.

¹³ Para discussões sobre essa questão: "Light in Troy: Imitation and Discovery in Renaissance Poetry." (GREENE, T. M.)

pois os vidros e painéis decoram bem a cozinha, ainda que não sejam um ornamento para o quarto. (1907, p. 6)¹⁴

O argumento a favor do decoro aponta para a metáfora mais ampla da casa, uma metáfora familiar que encontraremos novamente. Dessa forma, Elyot começa a unir domínios clássicos, Escriturais e corriqueiros de referência e discurso.

No capítulo dez, do livro I, Elyot volta ao cânone, ou, como ele coloca, “Qual deve ser a ordem do ensino e quais autores devem ser lidos primeiro”: ele lança a discussão a respeito da autoridade de Quintiliano quanto à afirmação de que autores latinos e gregos deveriam ser aprendidos ao mesmo tempo. Elyot esperava que, até os treze anos, seu aluno ideal já tivesse lido Esopo, Luciano, Aristófanos, Homero, Virgílio, Ovídio, Horácio, Sílio, Lucano e Hesíodo. Depois, aos quatorze anos, ele estaria pronto para a retórica. Ele primeiro leria,

um pouco da parte de lógica que é chamada *Tópica*, seja de Cícero ou daquele nobre escrivão de Almaine, que mais tarde, enfeitado, chamou-se Agrícola. . . . Imediatamente depois disso, a arte da Retórica seria igualmente ensinada, seja em grego, através de Hermógenes, seja em latim, através de Quintiliano, começando pelo terceiro livro e diligentemente instruindo a criança naquela parte da retórica que concerne, principalmente, à persuasão: até que esteja mais apta para consultas. Não há instrução de Retórica mais curta do que o tratado que Túlio escreveu a seu filho e que foi nomeado a separação da retórica. E, de boa-fé, falo corajosamente o que penso: a fim de que aquele que não precisa nem deseja roupas seja um excelente orador, o pequeno livro feito pelo famoso Erasmo (ao qual todos os gentis espíritos são obrigados a agradecer e amparar), livro que ele chamou *Copiam Verborum et Rerum*, isto é, abundância de palavras e temas, deve ser suficiente. (ELYOT, 1907, p. 41-42)

Em seguida, Elyot passa a discutir os méritos dos oradores modelos: Isócrates, Demóstenes e Cícero; e ele escreve de forma reveladora: “Demóstenes e Túlio, pelo consenso de todos os estudiosos, têm preeminência e soberania sobre todos os oradores”: *por acordo*, a importância do consenso no estabelecimento do cânone.

Antes de deixar Elyot, gostaria de me referir a dois exemplos secundários, porém significativos, de intertextualidade. Concluindo seu importante capítulo 11, Elyot escreve:

Sempre exortarei tutores e governantes de crianças nobres: que aqueles não façam estas sofrerem com a ingurgitação de carne ou bebida, nem que as permitam dormir muito, isto é, que não as deixem ultrapassar, no máximo, oito horas de sono.

A permissão de *não mais que* oito horas de sono talvez nos distraia desta palavra surpreendente, *ingurgitação*, cujo primeiro uso, segundo o *Oxford English Dictionary*, data de 1530 e corresponde à citação de Elyot exposta acima; o dicionário define a palavra como "ingestão voraz ou imoderada; ato excessivo de comer ou beber; comilança, lavagem para os porcos". Quando recorremos a Lewis e Short para encontrar a palavra-fonte em latim, *ingurgitatio*, vemos que esta foi usada de maneira interessante por Aulo Gélcio – *qui degustandum ex philosophia censet, non in eam ingurgitandum* —

¹⁴ Já discuti essa questão mais aprofundadamente em *Intertextuality and Renaissance Texts*. Bamberg: Gratia, 1984.

"Mas aqui também não devemos nos demorar por mais tempo, embora devamos seguir o conselho daquele Neoptólemo que está em Ênio, sobre o qual já escrevi, e que nos aconselha a 'degustar' a filosofia, mas a não 'nos fartarmos dela'" (5. 16. 5). Na frase seguinte, Elyot cita Gélio diretamente, e, em seguida, fala do ensinamento de Galeno de que o vinho "umecta o corpo", e de novo o *Oxford English Dictionary* cita uma frase de Elyot como o primeiro exemplo de uso da palavra. Lewis e Short chamam atenção para a poética e, em especial, para as conotações virgilianas de *umecto* no sentido de umedecido ou molhado. Esse tipo de construção textual na escrita de Elyot não tem sido muito notada, e sugiro que o jogo com a intertextualidade seja uma função de sua convicção de que outros compartilhavam o mesmo cânone que ele.

Em trabalhos do Renascimento inglês tão importantes quanto *Governour*, de Elyot, e *Scholemaster*, de Ascham, e na *Arte of Rhetorique* (1553), de Wilson, temos exemplos de trabalhos que constituem parte do cânone e servem de testemunho ao cânone: todos defendem a inclusão das obras chave do programa erasmiano — *Adagia*, *De Copia* e *Colloquia*, que não apenas eram lidas por todos como obras individuais, mas eram incorporadas aos programas de St Paul, Eton, Winchester e, daí, a outras escolas de gramática na Inglaterra da dinastia Tudor. A obra *Small Latine and Lesse Greke*, de Baldwin, demonstra em que medida a lista erasmiana de autores aprovados — a qual inclui Terêncio, Plauto, Virgílio, Horácio, Ovídio, Cícero, César e Salústio — foi amplamente, embora não universalmente, seguida. Ainda assim, aquele cânone se tornou tão conhecido, entendido e aceito que deu a Shakespeare sua grande liberdade para citar, parodiar e, em outras palavras, trabalhar suas intertextualidades.

Há tempo suficiente para ilustrar apenas mais uma ou duas investigações, embora não reste tempo para defender o caso; de Elyot, passo então a Wilson. Logo no início de seu tratado de retórica, Wilson considera aquilo que se espera de um orador e trata do princípio das palavras simples. Tendo feito a pergunta "Agora, de que vale falar, quando ninguém consegue saber o que o orador quis dizer?"; Wilson declara em sua próxima frase: "Portanto, Favorino, o filósofo (como conta Gélio), com liberdade, bateu nos dedos de um jovem rapaz que usava palavras muito arcaicas e estranhas." (1982, p. 25).

A alusão aparece em *Noites Áticas* (1.10.1-4), em que Aulo Gélio reconta a história do castigo aplicado por Favorino em um rapaz que tinha uma predileção exagerada por palavras antigas; a história é concluída com uma citação de Caio César em *Sobre a Analogia*: "Evite, como evitaria uma pedra, uma palavra estranha e não familiar". Favorino foi um retórico da Segunda Sofística e professor de, dentre outros escritores, Aulo Gélio, através do qual chegou até nós a maior parte do que sabemos sobre Favorino. Favorino — ainda que apenas como um nome — quase não fez parte do cânone humanista, pois Erasmo o menciona apenas duas vezes, creio, no *Apophthegmata*. Passado tanto tempo, é difícil dizer quem mais leu e falou sobre Favorino; a questão, portanto, é que, em primeiro lugar, a anedota de Wilson parece ser completamente dependente de Gélio, autor muito popular entre os primeiros humanistas da era Tudor (conforme já observei em outros textos)¹⁵ e que, em segundo lugar, qualquer ressonância deve derivar da citação nominal de Gélio. Uma precisão do cânone retórico nos permite, portanto, avaliar a ressonância de tal alusão e constatar que ela é veiculada através de Aulo Gélio, e que sua qualidade depende da maneira como se lê e como se compreende a força do decoro implícita. Embora o conceito pudesse ter sido interessante para Ascham, este parece não ter conhecido nem usado Favorino. A

¹⁵ Cf. artigo de R. J. Schoeck publicado em *Renaissance News*, v. 13, p. 127-129, 1960. Hans Baron escreveu de forma muito mais completa sobre "Aulus Gellius in the Renaissance", que pode ser encontrado em: *From Petrarch to Leonardo Bruni*, p. 196-215.

recepção de Aulo Gélíio parece ocorrer em um nível situado entre a revista *The New Yorker*, pelo grande número de anedotas, e entre o vasto alcance do livro *Civilisation*, de Kenneth Clark, por tensionar sua própria tradição.

Observa-se a frequência com que Erasmo cita Aulo Gélíio. Bem acima de todos os outros autores citados em *Adágios*, está Cícero, seguido por Plutarco e Homero; embora Aulo Gélíio apareça na vigésima sexta posição, ele ainda faz parte de um grupo (de acordo com a frequência da citação) que se destaca por nomes como o de Jerônimo (talvez o Pai da Igreja favorito de Erasmo), Píndaro, Sófocles e Teócrito, entre os gregos, Juvenal, Ovídio e Sêneca, entre os escritores romanos. Erasmo parece ter sido quase sempre rigoroso ao citar suas fontes; ele, com frequência, atribuía não somente citações — donde Aristóxeno em Aulo Gélíio, ou como nos adverte Epicteto em Gélíio (v. 30, p. 38, 40) —, mas, não raro, parecia usar *Noites Áticas* tanto para situar quanto para atribuir um certo tom a uma alusão: um exemplo, “Em Gélíio, mais uma vez, Plutarco serve como testemunha”, embora ele pudesse, com facilidade, citar diretamente algum trecho da *Moralia*, de Petrarca (*sic*). Às vezes, temos a frase feita “Gélíio pensa”, que, além do próprio Erasmo, funciona como um tipo de espelho no interior da narrativa de um Adágio. Mas esse é um aspecto da escrita de *Adágios* que não tem sido muito estudado, embora, certamente, já tenha sido observado por outros. Erasmo, diria eu, era capaz de brincar com os fios de sua vasta bagagem de leitura em *Adages*, a fim de traçar e retraçar conexões conforme a sua vontade, sem, contudo, dismantelar suas construções ou as construções de outros autores. Podemos dizer, portanto, que a intertextualidade é uma função do cânone e, ao mesmo tempo, uma pista dos seus limites.

Mas nossa leitura da história da retórica e da grande literatura do Renascimento, período em que a retórica cumpriu um papel tão central, deve ser operada dentro de um panorama convencional em que a terminologia da década anterior é dominante: *códigos* e *decodificação* e, o mais ruidoso de todos os termos da crítica recente, a *desconstrução*. Da forma como compreendo a desconstrução, através das considerações de J. Hillis Miller e de Paul de Man, entre outros teóricos,¹⁶ ela é anticanônica em sua definição. Pois, como explica de Man, “resta ao crítico desfazer, com alguma violência, o padrão historicamente estabelecido ou, como coloca Derrida, a 'órbita' da má interpretação significante... e, assim, através de um processo de 'desconstrução', levar à luz o que permaneceu despercebido pelo autor e seus seguidores”. Em contrapartida, é uma consequência do conceito de cânone o fato de o padrão historicamente estabelecido ter continuado, e poder continuar no futuro, a ter alguma validade: todos os padrões historicamente estabelecidos, como talvez ainda possamos pensar, não podem estar errados. Trata-se certamente de um ato de arrogância ou de um exagero supor que cada padrão historicamente estabelecido deva necessariamente tornar-se uma órbita de má interpretação significativa.¹⁷

¹⁶ "Literature and Philosophy" (MCFARLAND, T.) Nesse texto, McFarland conclui: “Um corolário dessa tendência latente é que, por seus vocábulos hierofânticos, sua seleção arbitrária de textos favorecidos e uma licença desconstrucionista abrangente — junto com suas observações úteis do trabalho uns dos outros —, os escritores de Yale estão elevando sua própria função cultural: de acadêmicos, eles se tornam críticos; de críticos, eles tentam se tornar sábios” (p. 40-41).

¹⁷ Desenvolvo esse ponto de vista em meu artigo "Modern European Intellectual History" (1984, p. 114-118), em que proponho que “em vez dos adjetivos dialógicos e conversacionais, seria mais apropriado aplicar adjetivos como dialética e assertiva, especialmente para a Escola da Desconstrução e para muitos dos historiadores intelectuais nomeados e discutidos neste volume”: nem todos os nomes que invocam a retórica estão, de fato, invocando a retórica tradicional. Eu mesmo discuti acerca da praticidade envolvendo os recursos da retórica tradicional no ensino de retórica (*in* MOSS, 1986). O estudo recente de Paolo Valesio, *Novantiqua-Rhetorics as a Contemporary Theory* (1980), pode ser citado como uma

Ainda assim, há um ponto em que a canonicidade e a desconstrução não se chocam, pois a primeira não exige encerramento: como vimos, o próprio cânone da retórica muda contínua e ininterruptamente ao longo dos séculos. E quando Hillis Miller declara que a nova crítica desconstrucionista “produz múltiplas interpretações”, devemos dizer que a história de comentários dos textos básicos do cânone retórico ilustra o argumento de que o próprio cânone nunca se fechou a interpretações adicionais. Mas também devemos declarar que o conceito de canonicidade se protege contra a seleção arbitrária de textos favoritos, pois essa arbitrariedade de seleção quase conduz a uma paródia da literatura comparada e, certamente, tende a militar contra um estudo rigoroso dos textos que tradicionalmente passam por uma *close reading*.

Finalmente, podemos dizer que o cânone é um trabalho de construção: em certo sentido foi precisamente o cânone que construiu aquilo que a desconstrução se propõe a dismantelar. Nas palavras de Paul de Man, “a desconstrução não é o dismantelamento da estrutura de um texto, mas a demonstração de que este texto dismantelou-se a si mesmo”; e quando o estudioso fala da pedra solta “que fará desmoronar todo o edifício”, me pergunto se ele, conscientemente, faz uso desta metáfora marcante sobre a escrita, com a qual Geoffrey de Vinsauf inicia sua *Poetria Nova*, metáfora esta que concebe o poema como um edifício:

Se um homem precisa construir uma casa, sua mão impetuosa não se apressa para agir. A linha que mede sua mente, primeiro, traça o trabalho, cujas etapas sucessivas são mentalmente esboçadas em uma ordem definitiva. As mãos da mente modelam toda a casa, antes que as mãos do corpo a construam. (VINSAUF, 1967, p. 16-17)¹⁸

Se de Man não faz uso consciente da metáfora de Geoffrey, eu diria que se trata de uma fina ironia que pode nos levar a aplicar a metáfora ao fato de que, se um homem tem uma casa para desconstruir, sua mão impetuosa não se apressa em agir. Se de Man faz uso intencional da metáfora, então eu responderia que devemos agir de modo a preservar algumas das construções que têm nos servido há muito tempo; diria também que entre os mais sólidos edifícios, estão aqueles pertencentes ao cânone retórico.¹⁹

Referências:

ALLEN, D. C. *Mysteriously Meant: The Rediscovery of Pagan Symbolism and Allegorical interpretation in the Renaissance*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1970.

BALDWIN, T. W. *William Shakespeare's Small Latine and Lesse Greeke*. Urbana: University of Illinois Press, 1944. 2 v.

das numerosas tentativas de reingressar na tradição retórica e trazer porções dessa tradição para modificar problemas da linguística contemporânea e da teoria crítica. Porém acredito que logo ficará evidente a fundamentação do meu questionamento com relação às metodologias e conclusões de Valcsio; ficará claro também por que considero a abordagem de Ernesto Grassi mais integral para um estudo do cânone da retórica.

¹⁸ Nesse início, Geoffrey tece intertextualidades com Juvenal 10, 1, e com outras obras; essa passagem, por sua vez, inspirou e foi usada por Chaucer em vários poemas, notadamente nos *Contos da Cantuária* e em *Troilus and Criseyde*.

¹⁹ Este ensaio, em uma versão mais condensada, foi lido em 1983 durante o encontro anual da Modern Language Association of America (Associação Americana de Língua Moderna) em Nova York.

BARON, H. *Humanistic and Political Literature in Florence and Venice at the Beginning of the Quattrocento*. Cambridge: Harvard University Press, 1955a.

_____. *The Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Princeton: Princeton University Press, 1955b. 2 v.

BATE, W. J. *The Burden of the Past and the English Poet*. Cambridge: Belknap Press, 1970.

BUSH, D. *Mythology and the Renaissance Tradition in English Poetry*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1932.

ELYOT, S. T. *The Book Named The Governor*. Londres: Dent, 1907.

ERASMO. *The Collected Works of Erasmo*. Toronto: University of Toronto Press, 1974.

FUMAROLI, M. *L'Âge de l'éloquence : Rhetorique et 'res literaria' de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Geneva: Droz, 1980.

GORDAN, P. W. G. *Pro Renaissance Book Hunters: The Letters of Poggius Bracciolini to Nicolaus de Niccolis*. New York: Columbia University Press, 1974.

GREENE, T. M. *The Light in Troy: Imitation and Discovery in Renaissance Poetry*. New Haven: Yale University Press, 1982.

HENDERSON, J. R. *Erasmus on the Art of Letter Writing*. In: MURPHY, J. J. (Org.). *Renaissance Eloquence: Studies in Theory and Practice of Renaissance Rhetoric*. Berkeley: University of California Press, 1983.

HOFSTADTER, D. R. *Godel, Escher, Bach: An Eternal Golden Braid* New York: Vintage Book, 1979.

JUNG, C. G.; KERÉNYI, K. *Essays on a Science of Mythology*. New York: Pantheon, 1948, *passim* — com referências fornecidas por eles.

KENNEDY, G. A. *Classical Rhetoric and Its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

KERMODE, F. *The Genesis of Secrecy*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

KLEIN, R. *In: Form and Meaning: Essays on the Renaissance and Modern Art*. New York: Viking Press, 1979.

KRISTELLER, P. O. *Renaissance Thought and Its Sources*. New York: Columbia University Press, 1979.

LARUSSO, D. A. *Rhetoric in the Italian Renaissance*. In: MURPHY, J. J. *Renaissance Eloquence: Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric*. Berkeley: University of California Press, 1983.

MAN, P. de. *Blindness and Insight: Essays in the Rhetoric of Contemporary Criticism*. New York: Oxford University Press, 1971.

MCFARLAND, T. Literature and Philosophy. In: BARRICELLI, J.-P. (Org.). *Interrelations of Literature*. New York: Modern Language Association of America, 1982.

MILLER, J. H. *Stevens' Rock and Criticism as Cure, II*. *Georgia Review*, v. 30, 1976.

MOSS, J. (Org.) *Rhetoric and Praxis*. New York: Catholic University of America Press, 1986.

MURPHY, J. J. *Renaissance Rhetoric: A Short-Title Catalogue*. New York: Garland, 1981.

_____. *Renaissance Eloquence: Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric*. Berkeley: University of California Press, 1983.

POCOCK, J. G. A. *Politics, Language, and Time*. New York: Atheneum, 1971.

SCHANZ, H. *Problems and Trends in the History of German Rhetoric to 1500*. In: MURPHY, J. J. *Renaissance Eloquence: Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric*. Berkeley: University of California Press, 1983.

SCHOECK, R. J. On Rhetoric in Fourteenth-Century Oxford. *Medieval Studies*, Toronto, v. 30, 1968.

_____. *The Achievement of Thomas More*. Victoria: University of Victoria, 1976.

_____. Review of Murphy's *Renaissance Rhetoric: A Short-Title Catalogue*, in *English Language Notes*, v. 21, 1981.

VICKERS, B. (Org.). *Rhetoric Revalued: Papers from the International Society for the History of Rhetoric*. *Medieval and Renaissance Texts and Studies*, Arizona: Arizona State University, 1982.

_____. Lighting a Candle to the Place: On the Dimensions and Implications of Imitatio in the Renaissance. *Italian Culture*, Abingdon, v. 4, 1983.

_____. Modern European Intellectual History. *Denver Quarterly Review*, Denver, v. 19, 1984.

VINSAUF, G. de. *Poetria Nova*. Trad. Margaret Nims. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1967, p. 16-17.

WILLIAMS, R. *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. New York: Oxford University Press, 1976.

WILSON, T. *Arte of Rhetorique* by Thomas Wilson. *In*: DERRICK, T. J. (Org.). *The Renaissance Imagination*. New York: Garland, 1982. v. 1.

Data de publicação inicial: 1988

Data de aprovação da tradução: 20-02-2017

Data de publicação: DD-07-2017